



Plano de Carreira

Assembléia Legislativa aprova projeto do governo sem as emendas do Sindicato

No dia 16 de abril, foi aprovado na Assembléia Legislativa o Projeto de Lei Complementar nº 10/2008, enviado pelo governador José Serra, que trata das carreiras do pessoal do Ceeteps.

Nenhuma das 24 emendas apresentadas (seis delas pelo Sinteps) foi incorporada no relatório final aprovado no Congresso de Comissões, instância que agrupa as comissões de Finanças e Orçamento, Constituição e Justiça e Educação. Os deputados da base governista limitaram-se a inserir uma emenda retroagindo os efeitos do Plano a 1º de abril, ou seja, nos salários a serem recebidos no início de maio. Porém, como a folha de pagamento já está confeccionada, é certo que o pagamento venha apenas no início de junho.

As emendas elaboradas pelo Sindicato buscavam corrigir distorções gritantes presentes no projeto do governo. Entre outras questões, visavam a melhoria do salário dos professores de ETE's e FATEC's, dos auxiliares e instrutores e do pessoal técnico-

administrativo. Uma das emendas, inclusive, propunha a correção de uma distorção escandalosamente inconstitucional, que foi a eliminação da sexta-parte para os servidores que ainda não adquiriram o benefício. A sexta-parte, direito previsto na Constituição Estadual, corresponde ao benefício de 20% a mais no salário após cada 20 anos de efetivo exercício. Há casos de servidores do Centro com 18 ou 19 anos de efetivo exercício, prestes a incorporar a sexta-parte, que perdem o direito a partir da aprovação do PLC 10/2008.

A assessoria jurídica do Sinteps vai impetrar ação na justiça pedindo que o governo cumpra a lei e devolva a sexta-parte aos trabalhadores do Centro. Os advogados também estudam minuciosamente o texto aprovado na Alesp, para conferir todas as possibilidades de ações judiciais.

Mobilização fraca abriu espaço ao governo

Após 10 anos engavetado, com promessas e mais promessas que nunca se cumpriram, o Plano de Carreira só se tornou realidade, agora, por conta da ação da categoria.

Pressionado pela possibilidade de uma greve forte e longa, como a de 2004, temendo os

prejuízos em ano eleitoral, o governador Serra decidiu agir com rapidez.

No dia 28 de fevereiro, véspera do ato público marcado para a decretação da greve, jornais, rádios e TV's de todo o estado estamparam a notícia de que o

Plano de Carreira para o pessoal do Centro já estava pronto e entraria na Assembléia Legislativa (Alesp) "em breve". A notícia foi divulgada de forma absolutamente distorcida, deixando confusos os trabalhadores. Vários jornais trouxeram na manchete a informação de que "sob pressão", Serra estava dando reajuste de "até 102%" para as ETE's e FATEC's.

Diante de todo este embuste, a greve se enfraqueceu e acabou sendo suspensa. Se hou-

vesse sido mantida, além de lutar pelas reivindicações da data-base (veja abaixo), os trabalhadores poderiam protagonizar uma mobilização forte na Alesp, capaz de mudar o desfecho da votação do PLC 10/2008.

Motivos que levaram à greve continuam na ordem do dia

Diante do desfecho da votação do PLC 10/2008 e da fragilidade da mobilização nas unidades, a categoria decidiu encerrar a greve formalmente, em assembléia geral realizada em 25/4. A partir de agora, o Sinteps inicia um processo de negociação dos dias parados (29/2 a 5/3) com a Superintendência. Os trabalhadores dispõem-se a repor as aulas (docentes) e as horas não trabalhadas (servidores administrativos) se o período da greve for considerado de efetivo exercício.

No entanto, as razões que levaram a categoria a decretar a greve permanecem na ordem do dia, como é o caso do arro-

cho nos salários. A reivindicação de 65% para todos é um dos pontos centrais da nossa campanha salarial neste ano. As correções presentes no projeto de Plano de Carreira do governo, além de baixas e diferenciadas por segmento, dizem respeito à ausência de enquadramento nos últimos anos. Ou seja, reajuste salarial é uma coisa (refere-se às perdas sofridas pelo não repasse da inflação) e carreira é outra (diz respeito à valorização do profissional de acordo com o tempo de casa e a evolução de sua qualificação). A pauta específica, contendo esta e outras reivindicações, foi protocolada no início de março e ainda não foi respondida pela Secretaria de Desenvolvimento, nem pela Superintendência do Centro.

Normalização da Carreira cabe ao Conselho Deliberativo

O PLC 10/2008, aprovado na Alesp no dia 16/4, não contém as regras para as avaliações futuras do trabalhador, a cada três anos. Elas serão normatizadas pelo Conselho Deliberativo (CD) do Ceeteps, aquele órgão composto por seis pessoas iluminadas, indicadas pelo governador, e que decidem tudo às costas da comunidade.

É preciso estarmos atentos a este processo. O CD terá 90 dias para votar as normas, prazo que começará a contar após o governador autografar o PLC 10/2008.



Ato em 29/2: a campanha salarial não terminou

Veja como fica seu salário

No site do Sinteps (www.sinteps.org.br), há tabelas e orientações para você calcular como fica seu salário a partir da entrada em vigor do Plano de Carreira.

Fascismo à flor da pele

Governo define quantos dias por ano o servidor pode adoecer

Projeto aprovado na Assembléia Legislativa permite apenas seis faltas com apresentação de atestado

Num dos dias em que diretores e militantes de base do Sinteps estiveram na Assembléia Legislativa, na expectativa de que fosse votado o Plano de Carreira do Ceeteps, puderam testemunhar um fato que faria inveja aos pupilos de Hitler. Foi no dia 9 de abril, quando o plenário da Alesp votou e aprovou um projeto enviado pelo governador José Serra (PLC 80/2007), que dispõe sobre os vencimentos do servidor que deixar de comparecer ao trabalho por motivo de consulta médica, exames ou sessão de tratamento de saúde (dentista, fisioterapeuta, psicólogo etc).

O projeto consolidou-se na Lei Complementar 1.041, de 14/4/2008. A partir de agora, o estado só aceitará seis atestados por ano, sendo o máximo de um ao mês.

O artigo 5º da Lei exclui a aplicabilidade apenas em relação aos servidores regidos pela regime da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT).

A aprovação do projeto (55 votos a

favor e 21 contrários) foi precedida de um debate acirrado no plenário. O líder do PSDB na Alesp, deputado Samuel Moreira, justificou o projeto dizendo que o número de faltas ao trabalho é muito alto, chegando a cerca de 13% ao dia no caso das escolas estaduais.

“É um projeto escravagista”, denunciou o deputado petista Adriano Diogo, citando como exemplo o caso das servidoras gestantes. “Uma gravidez exige muito mais do que seis consultas no decorrer de nove meses, principalmente se for de risco”, disse.

“A Alesp não pode ser um cartório que apenas homologa os negócios do governador”, criticou Carlos Giannazi, do PSOL.

Para Roberto Felício, também do PT, a medida pune os trabalhadores pelo caos criado pelo próprio governo. “No caso das escolas estaduais, temos condições de trabalho precárias, em salas de aula superlotadas, situações de tensão e violência todos os dias”, frisou.

Fórum das Seis promove debates sobre vínculo em unidades da Unesp

O Fórum das Seis, que engloba os sindicatos de docentes e servidores das universidades estaduais e o nosso Sinteps, vem promovendo uma série de debates nas unidades da Unesp. O tema é o vínculo do Centro Paula Souza à Unesp.

A realização dos debates é fruto de uma proposta feita pelos representantes do Fórum em nosso V Congresso, realizado em dezembro passado.

Até o momento, já ocorreram encontros em Ilha Solteira (em duas oportunidades), Rio Claro e Rio Preto. Antes dos eventos, as companheiras Silvia Elena de Lima e Denise Rykala, da diretoria do Sinteps e responsáveis pela organização da atividade, visitaram as ETE's e



Acima, o debate em Ilha Solteira. À direita, jornal elaborado pelo Fórum para explicar o vínculo



FATEC's da região, convidando funcionários, professores e alunos a comparecerem.

“A receptividade está sendo boa”, disse Silvia, expositora durante os debates. “As pessoas não conhecem a história e a importância do vínculo para a manutenção da qualidade do sistema de educação pública do estado de São Paulo”, frisou.

Além das representantes do Sinteps, os debates estão sendo acompanhados por membros do Fórum das Seis, da Associação dos Docentes da Unesp (Adunesp) e Sindicato dos Trabalhadores da Unesp (Sintunesp).

Sindicato inicia processo de devolução do Imposto Sindical 2008

Sindicalizados devem enviar holerites à entidade

Nos holerites de abril, referentes ao pagamento de março, os trabalhadores do Centro Paula Souza puderam constatar o desconto correspondente a um dia de trabalho. Trata-se do Imposto Sindical. Assim como nos anos anteriores, o Sinteps promoverá a devolução de 60% do valor retido (parte da entidade, como mostra explicação a seguir) para os sindicalizados. Para isso, é preciso que o funcionário ou docente envie cópia do referido holerite, que comprove o efetivo desconto. O pagamento será feito em conta corrente, a partir de 1º de junho.

O que é o IS

O Imposto Sindical vem sendo cobrado dos trabalhadores do Centro desde 2003. Até 2002, a cobrança só era feita junto aos trabalhadores da iniciativa privada, sendo proibida nas categorias de servidores públicos. A partir de 2003, a lei mudou e passou a permitir o desconto também dos servidores públicos.

Considerando o IS resquício de uma legislação retrógrada e paternalista, criada para favorecer sindicatos “fantasmas”, o Sinteps nunca tomou a iniciativa de pleiteá-lo. Em 2003, no entanto, a Federação dos Sindicatos dos Servidores Públicos no Estado de São Paulo, que não tem qualquer vínculo com os trabalhadores do Ceeteps, entrou na justiça solicitando que o Centro fizesse o desconto. A justiça deu-lhe parecer favorável, que foi prontamente acatado pelo Ceeteps.

A partir desse fato, o Sinteps ingressou na justiça e exigiu que o recolhimento fosse feito em favor da entidade, que é a legítima representante da categoria. O juiz deu ganho de causa ao Sindicato e, mesmo contrariado, o Ceeteps está sendo obrigado a recolher o dinheiro conforme manda a legislação, ou seja, através de guia de recolhimento na Caixa Econômica Federal em favor do Sinteps (60%), 15% para a Federação indicada pelo Sindicato, 5% para a Confederação e 20% para o Ministério do Trabalho (MTE). Como o Sinteps não indicou a Federação e nem a Confederação, o montante de 40% vem sendo repassado integralmente ao MTE.

Devolução aos filiados

Por deliberação do Conselho de Diretores de Base (CDB) e, também, opção da Diretoria Executiva do Sinteps, a entidade promove a devolução aos seus filiados dos 60% correspondentes à entidade.

Os valores que permanecem de posse do Sindicato são utilizados em atividades de organização de base e de campanha salarial, ou seja, em benefício da luta e dos interesses dos trabalhadores. Quando terminar o processo de devolução, que se inicia em 1º de junho, a direção do Sinteps fará a prestação de contas à categoria.